

A Psicologia Chega ao Campo: Revisão Sistemática de Contextos Rurais Latino-americanos

Telmo Mota Ronzani¹

¹Universidade Federal de Juiz de Fora,
Juiz de Fora, MG, Brasil.

Kíssila Teixeira Mendes¹

¹Universidade Federal de Juiz de Fora,
Juiz de Fora, MG, Brasil.

Júlia Batista Afonso¹

¹Universidade Federal de Juiz de Fora,
Juiz de Fora, MG, Brasil.

Elisa Campos Quintão¹

¹Universidade Federal de Juiz de Fora,
Juiz de Fora, MG, Brasil.

Tháles Gonçalves Guilherme¹

¹Universidade Federal de Juiz de Fora,
Juiz de Fora, MG, Brasil.

Conrado Pável de Oliveira^{1,2}

¹Universidade Federal de Juiz de Fora,
Juiz de Fora, MG, Brasil.
²UniAcademia, Juiz de Fora, MG, Brasil.

Jáder Ferreira Leite³

³Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
Natal, RN, Brasil.

Resumo: O presente artigo tem como objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura sobre a inserção da psicologia em contextos rurais na América Latina, considerando seu caráter de ciência e profissão e o fato de ter sido desenvolvida eminentemente em torno de fenômenos verificados em contextos urbanos. Foi realizada busca nas bases de dados PubMed, PsycINFO, Redalyc, Scielo, PePSic e LILACS, com os descritores: “Psicologia”, “Zona rural” e “População Rural”, nos idiomas inglês, espanhol e português. A revisão sistemática foi conduzida de acordo com os passos indicados pelo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA). A amostra final conteve 93 estudos empíricos publicados entre 1996 e 2017. A análise considerou as categorias: Temas Centrais das Pesquisas, População Estudada e Enfoque Teórico Predominante. Quanto às áreas de conhecimento principais, houve uma maior concentração de pesquisas com referencial predominante da Psicologia Social (43,0%), seguido da Psicologia Escolar/Educacional (12,9%) e da Psicologia da Saúde (9,7%). Os resultados apontam que a inserção e o estudo da Psicologia em contextos rurais são recentes e se encontram em desenvolvimento, com relativa heterogeneidade de temas e referenciais teóricos, o que a caracteriza como um campo em construção, visto o movimento de consolidação de produções mais recentes no campo da Psicologia Social Comunitária. As perspectivas de avanço na área dependem da construção de uma psicologia mais historicizada e comprometida com um projeto ético-político.

Palavras-chave: Psicologia, Contextos Rurais, Revisão Sistemática da Literatura.

Psychology in the Countryside: a Systematic Review of Latin American Rural Contexts

Abstract: This paper aims to present the results of a systematic literature review on the work of psychology in Latin American rural contexts, considering its traditional scientific and professional focus on urban contexts. Based on Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA), a search was conducted in the databases PubMed, PsycINFO, Redalyc, Scielo, PePSic, and LILACS for the keywords “Psychology,” “Rural Zones,” and “Rural Population” in

English, Spanish, and Portuguese. The final sample consisted of 93 empirical papers published between 1996 and 2017, analyzed based on the main research domains, studied population, and predominant theoretical approach. Most studies referred to Social Psychology (43,0%), followed by Educational Psychology (12,9%) and Health Psychology (9,7%). The results suggest that psychology insertion within rural contexts is recent and in progress. Studies on the field exhibit certain heterogeneity as to themes and theoretical frameworks, with more recent publications in Social Communitarian Psychology. The perspectives of advance in this field depends on the construction of a more historicized psychology, committed to an ethical-political project.

Keywords: Psychology, Rural Contexts, Systematic Literature Review.

La Psicología Llega al Campo: Revisión Sistemática Sobre Contextos Rurales Latinoamericanos

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo realizar una revisión sistemática de la literatura sobre la inserción de la psicología en contextos rurales en Latinoamérica, considerando su carácter de ciencia y profesión y el hecho de que se desarrolla principalmente sobre los fenómenos producidos en contextos urbanos. Se realizó una búsqueda en las bases de datos PubMed, PsycINFO, Redalyc, SciELO, PePSic y LILACS, utilizando los descriptores “Psicología”, “Zona Rural” y “Población Rural” en los idiomas inglés, español y portugués. La revisión sistemática siguió los pasos sugeridos por el *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA). La muestra final se compuso de 93 estudios empíricos publicados entre los años de 1996 y de 2017. El análisis consideró las categorías: Temas Centrales de Investigación, Población Estudiada y Enfoque Teórico. Respecto de las principales áreas de conocimiento, hubo una mayor concentración con referenciales sobre la Psicología Social (43,0%), seguido de la Psicología Escolar/Educacional (12,9%) y la Psicología de la Salud (9,7%). Los resultados demuestran que la inserción y el estudio de la psicología en contextos rurales son recientes y están aún en constante desarrollo, con heterogeneidad de temas y referenciales teóricos, lo que caracteriza un movimiento de consolidación más reciente en el campo de la Psicología Social Comunitaria. Las perspectivas de avances en el área dependen de la construcción de una psicología más historicizada y comprometida con un proyecto ético-político de enfrentamiento de las desigualdades sociales.

Palabras clave: Psicología, Contextos Rurales, Revisión Sistemática de la Literatura.

Introdução

Afinal de contas, o que é rural (ou o que são ruralidades)? Considerando que há uma polissemia do termo, a presente discussão propõe conceituar que tanto urbano como rural são compreendidos como modos de vida singulares, que expressam construções de significados entre bens materiais e simbólicos por parte dos atores sociais envolvidos, gerando teias de sociabilidades diversas. Assim, não há uma única “população rural”, pois elas serão tão plurais quanto as condições que as cercam, como sintetizam os autores: “rural, apesar de envolver uma dimensão

concreta, não se resume a ela, pois envolve aspectos simbólicos; diz respeito a poderes, identidades, saberes, modos de vida, culturas e disputas” (Silva & Macedo, 2017b, p. 34).

Carneiro (2008) resume o debate das últimas décadas em torno do rural em três principais tendências: a) o desaparecimento do próprio rural em prol de um inevitável processo de urbanização que atingiria toda a sociedade e levaria ao fim do campesinato; b) uma aposta no chamado renascimento do rural pela emergência de novas dinâmicas sociais que redesenham modos de uso do espaço, de produção e de

complexificação da rede de atores sociais no campo, promovendo uma “permanência das diferenças espaciais e sociais contextualizadas por processos históricos de reelaboração contínua da dualidade campo-cidade engendrando novas ruralidades” (Carneiro, 2008, p. 12); e c) o fim da dicotomia rural-urbano por uma abordagem local/regional a partir do dinamismo econômico que essas regiões comportam, inclusive de agregar atividades não-agrícolas e industriais.

Desse modo, faz-se necessário considerar “o rural” não como realidade monolítica centrada na primazia da atividade agrícola ou como setor produtivo, mas, sobretudo, como um âmbito marcado por uma diversidade socioeconômica, cultural e política (Carneiro, 2008). Por isso, acordamos pensar tais questões a partir do termo ruralidades.

Uma forma de apresentação dessa ruralidade diz respeito a “un espacio multifuncional – no solo agropecuario –, en permanente interrelación con los ámbitos urbanos; un espacio con fronteras más flexibles que rígidas, con flujos de poblaciones y actividades económicas de familias rurales pluriactivas y con una alta movilidad” (Burneo, 2018, p. 337). Essa característica tem sido marcante em alguns países na América Latina, em parte pela preferência de seus governos de estimular fortemente o modelo produtivo do agronegócio, financiando com capital público grandes corporações internacionais e empresários que atuam no meio rural em detrimento do modelo produtivo pautado na agricultura familiar. Estes atores lançam mão de estratégias de reprodução social por meio de migrações temporárias e do exercício da pluriatividade, na medida em que estão em um contexto de vulnerabilidade causado, por exemplo, pela reduzida atenção dada à agricultura familiar, que amplia as históricas desigualdades sociais vividas no campo.

No entanto, as resistências ao avanço do agronegócio não podem ser desconsideradas, pois há um forte protagonismo dos movimentos sociais camponeses em luta pelo direito à terra, pela realização da reforma agrária, pelo fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia como alternativa sustentável (Sauer, 2016). Além disso, há uma luta constante dos povos originários, que constituem uma diversidade de etnias, e de demais comunidades tradicionais como as quilombolas e ribeirinhas, pela demarcação de seus territórios e preservação de sua cultura (Silva & Macedo, 2017a). O campo latino-americano e brasileiro se reveste, então, de constantes tensões

sociais, marcado por conflitos, violência e violação de direitos perpetrados a essa população, questões das quais a psicologia por muito tempo se manteve distante, principalmente por seu caráter de ciência e profissão desenvolvida eminentemente em torno de fenômenos verificados em contextos urbanos (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2013).

Essa distância pode ser analisada pelo percurso da psicologia enquanto uma ciência historicamente urbana. Isso pode ser expresso, segundo Landini (2015), por uma sutil tendência em tomar aspectos baseados em populações urbanas como se fossem características humanas universais. A partir desse processo, torna-se natural, por exemplo, considerar como generalizáveis conhecimentos que foram obtidos apenas por meio de amostras urbanas. Isso não quer dizer que tais conhecimentos não sejam válidos, mas que é preciso considerar que os aspectos materiais e culturais contribuem para forjar as subjetividades e a dinâmica das relações sociais ali estabelecidas. Desse modo, o rural se constitui um campo capaz de gerar suas próprias especificidades, tanto no que tange a novos e diferentes problemas de pesquisa quanto a novas possibilidades de teorização. Assume-se que há uma particularidade das experiências que diversos atores sociais guardam em sua relação com a terra, com o campo, com os modos e meios de produção nesses contextos, enfim, com o patrimônio material e sociocultural gerado nas diversas expressões de ruralidade (Leite, Macedo, Dimenstein, & Dantas, 2013).

Portanto, falar de uma psicologia rural ou uma psicologia voltada às questões da terra, não se refere à criação de uma nova subdisciplina, mas sim de um movimento para gerar novas reflexões e práticas nas diversas áreas nas quais a psicologia está inserida, atuando no sentido da melhora efetiva das condições de vida desses povos (Landini, 2015). O presente artigo tem por objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura sobre a inserção da psicologia em contextos rurais da América Latina. Acreditamos que essa caracterização pode trazer algumas contribuições para compreender como a psicologia tem se inserido na área e quais os conhecimentos têm sido produzidos, a fim de propor redirecionamentos e discussões sobre o papel da psicologia nesse contexto.

Métodos

A revisão sistemática foi conduzida de acordo os passos indicados pelo Preferred Reporting Items

for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) (Liberati et al., 2009). As buscas foram feitas em maio de 2018. Foi realizado um recorte temporal entre os anos 1996 e 2017. Para abranger o maior número de estudos possível, conduzimos buscas nas seguintes bases de dados: PubMed, PsycINFO, Redalyc, Scielo, Pepsic e LILACS, com os seguintes descritores: “Psicologia” e o descritor booleano AND para os termos “zona rural” e “população rural”. Os termos foram definidos a partir do dicionários de Descritores em Saúde (DeCS) e do MeSH (Medical Subject Headings), principal vocabulário de termos utilizados pelas revistas científicas no mundo. A busca também foi realizada nos idiomas inglês e espanhol.

Foram excluídas revisões narrativas, sistemáticas e metanálises. Foram incluídos estudos empíricos que tenham realizado algum tipo de pesquisa ou apresentado algum relato de experiência na área de psicologia em contextos rurais, realizados em países da América Latina. Inicialmente, os títulos dos trabalhos foram usados para triagem. Após essa fase inicial, os resumos foram lidos e os artigos que atenderam aos critérios de inclusão foram avaliados por três pesquisadores, de forma independente.

Durante a análise qualitativa dos artigos, foram definidas algumas variáveis descritivas tais como

base de dados, idioma, país de origem da pesquisa, ano de publicação, tipos de pesquisa (relato de pesquisa ou relato de experiência), abordagem metodológica adotada, nome da revista e áreas de conhecimento predominantes das revistas. Após a fase de análise das variáveis de caráter mais descritiva, foi realizada mais uma categorização a partir da leitura do conteúdo dos artigos. As categorias, estabelecidas e validadas por mais de um pesquisador da equipe, foram: Temas Centrais das Pesquisas, População Estudada e Enfoque Teórico Predominante. Os dados foram coletados em uma planilha Excel e exportados para análise por meio do software SPSS. As análises foram realizadas a partir da frequência e porcentagem das categorias. O processo de busca, seleção e análise dos trabalhos é descrito na Figura 1.

Resultados

A busca eletrônica nos bancos de dados resultou em 1.085 artigos. Após a leitura dos títulos e resumos e exclusão dos artigos duplicados, manteve-se 165 artigos. Nessa etapa, todos os textos foram lidos integralmente e excluiu-se mais 72 que não obedeciam aos critérios de inclusão, resultando em 93 artigos elegíveis para a revisão (ver Figura 1).

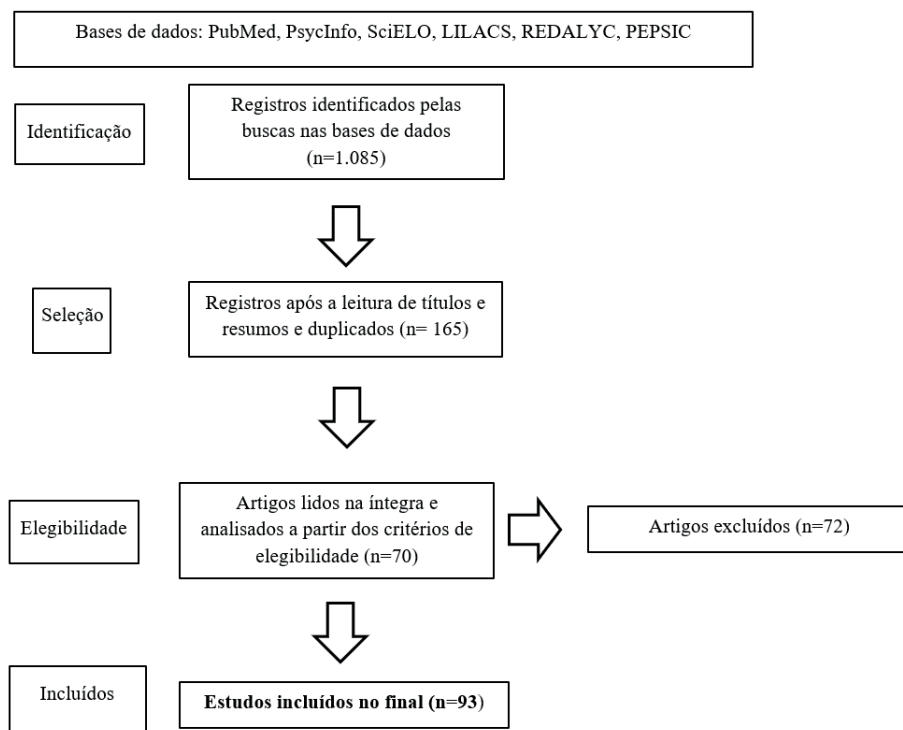


Figura 1 Fluxograma PRISMA. Procedimentos de identificação e seleção dos estudos incluídos na revisão sistemática.

Inicialmente, são apresentados os dados descritivos gerais dos artigos selecionados, a partir dos critérios de busca. Observa-se que a REDALYC foi a base de dados de que foi selecionado o maior número de trabalhos (73,1%), de modo que os demais artigos foram encontrados em outras bases com frequências consideravelmente menores. Quanto aos países, o Brasil foi o país com maior frequência das pesquisas realizadas (47,3%), seguido de México (16,1%), Chile (10,8%), Colômbia (7,5%) e Argentina (6,5%). O espanhol foi o idioma mais frequente (47,3%) (Tabela 1).

Em relação aos aspectos metodológicos e áreas publicadas, a grande maioria dos artigos se tratava de relatos de pesquisa (96,8%), com predominância

das abordagens qualitativas (53,8%). Sobre as áreas temáticas principais das revistas, como era esperado, as revistas de Psicologia foram as mais frequentes (69,9%), porém, constatou-se uma grande variação de periódicos publicados, com destaque para as revistas *Universitas Psychologica*, *Psicoperspectivas*, *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *Psicologia: Ciência e Profissão*, com quatro artigos publicados no período, e a *Psico-USF*, com cinco artigos publicados sobre a temática estudada. Em função da dispersão de revistas publicadas em outras áreas, optou-se por fazer um agrupamento das demais revistas em grandes áreas do conhecimento, de modo que as da Ciências da Saúde contam com maior número de artigos sobre o tema (Tabela 1).

Tabela 1

Dados descritivos gerais dos artigos selecionados (N=93).

Categoria		Frequência	Porcentagem
Base de dados	REDALYC	68	73,1
	LILACS	17	18,3
	Pubmed	3	3,2
	PsycInfo	2	2,2
	Scielo	2	2,2
	PEPSIC	1	1,1
País	Brasil	44	47,3
	México	15	16,1
	Chile	10	10,8
	Colômbia	7	7,5
	Argentina	6	6,5
	América Latina*	4	4,3
	Peru	3	3,2
	Bolívia	1	1,1
	Costa Rica	1	1,1
	Cuba	1	1,1
	Equador	1	1,1
	Paraguai	1	1,1
	Idioma	Espanhol	44
Português		39	41,9
Inglês		10	10,8
Tipo de Publicação	Relato de pesquisa	90	96,8
	Relato de experiência	3	3,2
Abordagem Metodológica	Qualitativa	50	53,8
	Quantitativa	31	33,3
	Quali/quantitativa	12	12,9
Áreas Principais das Revistas	Psicologia	65	69,9
	Ciências da Saúde	13	14,0
	Educação	9	9,7
	Ciências Agrárias	3	3,2
	Interdisciplinar	3	3,2

* Pesquisas realizadas em mais de um país da América Latina.

Em relação à distribuição de artigos publicados ao longo dos anos, observa-se um maior crescimento de publicações na área a partir de 2012 (com 7 artigos),

sendo o ano de 2017 (com 15 artigos publicados) o ano com maior frequência, além de uma tendência de crescimento na área nos últimos anos (Figura 2).

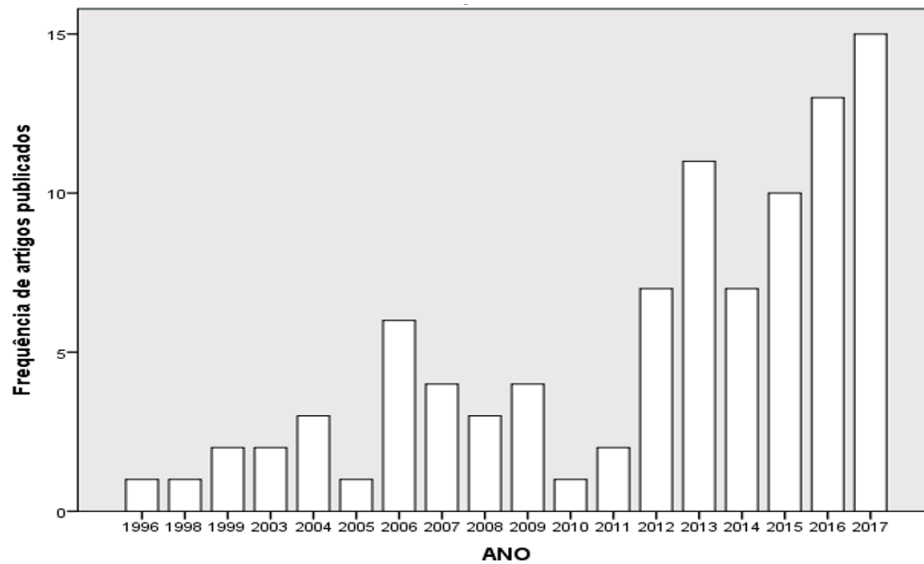


Figura 2
Número de artigos publicados por ano (N=93).

A Tabela 2 apresenta os principais resultados concernentes às temáticas investigadas e áreas de publicação das pesquisas analisadas. Observa-se uma grande variação em relação a tais dados, de forma que as mais frequentes são Saúde (18,3%), Identidade (16,1%) e Relações de Gênero (12,9%). Houve uma variação também em relação à população estudada, com maior

frequência entre Mulheres (20,4%), Trabalhadores (14,0%), Crianças (12,9%) e Adolescentes (10,8%). Em relação às áreas de conhecimento principais, houve uma maior concentração de pesquisas com referencial predominante da Psicologia Social (43,0%), seguido da Psicologia Escolar/Educacional (12,9%) e da Psicologia da Saúde (9,7%).

Tabela 2
Análise temática e de áreas das pesquisas (N=93).

Categoria		Frequência	Porcentagem
Temas centrais	Saúde	17	18,3
	Identidade	15	16,1
	Relações de gênero	12	12,9
	Processos de trabalho	11	11,8
	Cognição/Aprendizagem	10	10,8
	Prática profissional do psicólogo	8	8,6
	Avaliação psicológica	5	5,4
	Grupos indígenas	4	4,3
	Violência	4	4,3
	Prática profissional	3	3,2
	Pobreza	2	2,2
	Envelhecimento	1	1,1
	Família	1	1,1

continua...

...continuação

Categoria	Frequência	Porcentagem	
População estudada	Mulheres	19	20,4
	Trabalhadores	13	14,0
	Crianças	12	12,9
	Adolescentes	10	10,8
	Comunidade	9	9,7
	Profissionais	9	9,7
	Assentados	7	7,5
	Idosos	6	6,5
	Famílias	4	4,3
	Alcoolistas	1	1,1
	Homens	1	1,1
	Portadores de sofrimento mental	1	1,1
	Professores	1	1,1
	Universitários	1	1,1
Área predominante	Psicologia Social	40	43,0
	Psicologia Escolar/Educacional	12	12,9
	Psicologia da Saúde	9	9,7
	Saúde Mental	8	8,6
	Desenvolvimento Humano	7	7,5
	Psicologia Comunitária	7	7,5
	Avaliação Psicológica/Psicometria	6	6,5
Psicologia do Trabalho	4	4,3	

Considerando o crescimento nos últimos anos das publicações sobre psicologia em contextos rurais na América Latina, bem como a variação de temas, perfil das populações e referenciais teóricos utilizados, buscamos analisar se é possível ser constatada uma configuração e aglutinação das produções mais recentes em torno de uma determinada temática ou área de pesquisa. Para isso, realizamos um agrupamento dos artigos publicados entre os anos de 1996 e 2011 (artigos antigos) e artigos publicados entre 2012 e 2017 (artigos recentes). Em relação aos temas pesquisados, não foram observadas maiores diferenças entre os artigos antigos e recentes. A Identidade foi o tema mais recorrente entre os artigos mais antigos, com 23,3% das pesquisas nesse período, e a Saúde foi o tema mais frequente entre os artigos mais recentes (19,0%). A maior diferença na comparação por tempo está no referencial teórico adotado nas pesquisas. Apesar de maior variação em termos de áreas de conhecimento da psicologia entre os artigos mais

recentes, houve maior concentração de publicações nas áreas de Psicologia Social e Psicologia Comunitária somadas (52,4%) em comparação aos artigos mais antigos (46,7%), sendo que todos os artigos da área de comunitária foram publicados nos últimos anos.

Discussão

Com vistas ao objetivo de realizar uma revisão sistemática sobre a inserção da psicologia em contextos rurais na América Latina, verificamos o rural como uma realidade em movimento, porém, indissociável do processo histórico de constituição da questão agrária na América Latina, o que é negligenciado nas produções. Sendo assim, dividimos a discussão em dois tópicos: no primeiro, apresenta-se um breve panorama da questão agrária na América Latina, com ênfase no Brasil, onde se concentra o maior número de estudos; e no segundo, um debate sobre a formação em psicologia e seu projeto de Compromisso Social associado à realidade do campo.

Questão agrária na América Latina e no Brasil: a necessidade de uma análise histórica e conjuntural

Faz-se necessária uma breve contextualização sobre a questão agrária em nosso país, tanto para a tentativa de compreensão do cenário atual quanto para uma reflexão do que é possível à psicologia neste contexto. Desde aqui, já nos vemos em um paradoxo, visto que a psicologia – não diferente das ciências modernas – possui caráter urbano. Conforme aponta Gesser (2013), há um alinhamento histórico da psicologia às demandas de exploração capitalistas – no caso do Brasil, a área do conhecimento era ligada a um contexto ditatorial em seu período de consolidação enquanto profissão, que foi regulamentada em 1962.

O conceito de questão agrária pode ser trabalhado de formas diferentes a depender da ênfase que lhe é dada; ele é definido por Stedile (2011) como “o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária” (p. 15), o que, no contexto brasileiro, implica as questões da propriedade e do uso das terras. Os estudos sobre a realidade agrária são bastante recentes, sobretudo em razão da submissão colonial: o primeiro debate de teses sobre o assunto é da década de 1960 e se dá no interior dos partidos políticos. O Brasil possui um dos maiores índices de desigualdade social e de concentração de terra do mundo, de forma que é inevitável a correlação entre esses indicadores (Carter, 2006). Para investigar essa correlação, deve-se considerar que após a invasão portuguesa, o movimento de acumulação primitiva capitalista ou, para outros, o já nascente capitalismo comercial (ou mercantil) europeu inicia a apropriação dos bens naturais visando a mercantilização, o lucro e a acumulação de capital – nas matérias primas como o ouro, minérios, cana de açúcar, gado, algodão, café, entre outras. Esse modelo de produção, que visava o abastecimento do mercado europeu, foi chamado de modelo agroexportador, cuja organização da produção correspondia à *plantation* (plantação em grandes fazendas, com prática de monoculturas, destinada à exportação e com mão de obra escrava).

Em relação à terra, seu monopólio era exercido pela Coroa portuguesa, de modo que não existia ainda a propriedade privada da terra (e seu uso como mercadoria), e sim a concessão de uso, com direito à herança, a capitalistas colonizadores, que tinham o papel de explorar economicamente a terra por meio das Capitânicas Hereditárias (1536) que eram divididas,

por sua vez, em sesmarias (Stedile, 2011). A lei das sesmarias foi revogada com a independência, em 1822, e, com a pressão inglesa na metade do século XVII, a Coroa promulgou a primeira lei de terras (Lei nº 650 de 1850) que “foi um marco jurídico para a adequação do sistema econômico e de preparação para a crise do trabalho escravo” (Stedile, 2011, p. 22). A lei normatizou a propriedade privada de terras no Brasil e é a base legal dos latifúndios brasileiros. Não por acaso, a lei de terras surge no horizonte da abolição, pois, dada a possibilidade de uma mão de obra livre, a terra deveria se tornar produto de difícil acesso para esse novo contingente, que continuaria a se submeter ao trabalho precário nesses mesmos latifúndios. O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão e, em 1888, com a Lei Áurea, estima-se que quase dois milhões de ex-escravos saíram das fazendas em busca de trabalho nas cidades. Assim, a lei de terras inaugura também as favelas, a crise das moradias e os novos conflitos no campo (Stedile, 2011).

O latifúndio no Brasil, dessa forma, sempre agiu como um sistema de dominação e controle social e, desde a Colônia, é organizado a partir das monoculturas voltadas ao mercado exterior. O fim da escravidão e o assalariamento não significou, até os dias atuais, o fim das formas servis de trabalho; nem tampouco a modernização da agricultura, realizada em meados da década de 1960, significou o fim das relações de produção não-capitalistas. Como indica Suzuki (2006), tal característica é um “fundamento da própria dinâmica do capitalismo nos países latino-americanos” (p. 220). Assim, na América Latina, temos como marco de mudança das relações sociais a transformação da terra em mercadoria.

No documento “Políticas de mercado de trabajo y pobreza rural en América Latina” (Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura [FAO], 2012), é constatado que mais da metade da população rural da região ainda vive na pobreza e que, apesar dos avanços do setor agroexportador, essa situação pouco se alterou entre as décadas de 1980 e 2010. Isso pode ser explicado por um modelo de desenvolvimento adotado que prioriza a produção em massa de determinados produtos, as chamadas *commodities*. Essa produção é concentrada em um número reduzido de empresas transnacionais, o que dificulta o desenvolvimento de pequenos e médios agricultores. Além disso, as relações trabalhistas nesse contexto se destacam na manutenção da pobreza rural (FAO, 2018).

O caso brasileiro pode ilustrar o que foi acima citado. O que foi denominado como processo de “modernização do campo” se deu de maneira a privilegiar uma elite agrária, traduzida por grandes proprietários de terra e empresas, reproduzindo uma alta concentração fundiária e a exclusão dos trabalhadores rurais. O subsequente desenvolvimento do chamado agronegócio abriu precedentes para uma forte industrialização na agricultura com a entrada ativa das empresas transnacionais voltadas para um mercado externo (Leite et al., 2013).

Em termos ideológicos, a modernização capitalista tardia da América Latina teve como consequência ainda uma visão estereotipada – pautada na imagem do “caipira”, fatalista e preguiçoso, a exemplo da figura do Jeca Tatu, de Monteiro Lobato – das populações do campo, bem como a naturalização das desigualdades e o aprofundamento da concentração de terras – com a hegemonia das oligarquias rurais. No entanto, a modernização, no campo, se deu com luta, com a emergência de movimentos sociais no país que denunciavam a concentração oligárquico-latifundiária, como as Ligas Camponesas na década de 1960. Ainda que tenha passado por importantes mudanças políticas e contextuais nessa luta histórica pela terra, a orientação da estrutura fundiária permaneceu inalterada até a Constituição de 1988. O avanço do capitalismo neoliberal no Brasil nos anos 1990, a industrialização da agricultura e do agronegócio e o fortalecimento dos movimentos sociais fizeram emergir novas ruralidades (Lopes, 2007).

A partir dessa análise histórica e conjuntural da questão agrária, é possível estabelecer relações com a produção científica de psicologia em contextos rurais. É importante enfatizar que há um grande crescimento da produção científica nos últimos anos na América Latina, com destaque para o Brasil, que concentrou quase metade das publicações na área. Esse fato talvez se explique pelo tamanho do território brasileiro e pelos alarmantes – e violentos – conflitos, embora estes (bem como os movimentos sociais), em si, sejam pouco estudados.

Observa-se que no ano de 2006 há um pico no número de estudos, com retorno de um crescimento linear a partir de 2012. De acordo com Rocha (2008), no que diz respeito à questão agrária no Brasil, nesse mesmo período histórico é possível constatar um aumento exponencial do número de famílias assentadas pela reforma agrária, principalmente a partir

de 2003, com pico exatamente em 2006, ano em que cerca de 140 mil famílias foram assentadas.

Outra observação importante é que a metodologia qualitativa foi utilizada na maioria dos artigos pesquisados, o que é congruente com a postura dialética aqui defendida, visto que essa metodologia permite compreender o movimento entre a realidade objetiva e o sentido subjetivo, bem como possibilita a troca de saberes a partir da palavra ou outros meios que, por si, são capazes de registrar as mudanças sociais (Minayo & Sanches, 1993). A preferência por abordagens qualitativas também pode estar relacionada com as características socioculturais dos grupos investigados que, muitas vezes, não estão familiarizados com roteiros ou questionários de pesquisa autoaplicáveis e padronizados, que exigem certo grau de alfabetização para sua leitura (Dantas, Dimenstein, Leite, Torquato, & Macedo, 2018).

Considerando o total de 93 estudos pesquisados, apenas 3 são relatos de experiência. Esse dado pode sinalizar o pouco contato real da psicologia com as áreas rurais ou ainda, como ocorre em grande parte das pesquisas, uma utilização prática dos resultados sem que haja engajamento, participação e retorno para as comunidades e populações envolvidas. Por outro lado, é importante considerar que esse baixo número pode estar relacionado com o fato de que as revistas indexadas utilizadas como fonte do presente estudo priorizam a produção acadêmica de relatos de pesquisa em detrimento dos relatos de experiência.

Também é importante ressaltar que, conforme apontam Torquato et al. (2016), ao se relatar os desafios metodológicos da pesquisa em cenários rurais, independentemente da escolha metodológicas, há a necessidade de superação do imaginário de que rural e urbano são realidades dicotômicas, visto que o capitalismo mundial também afeta o campo com questões intimamente ligadas às das cidades. Além disso, é necessário estar atento às desigualdades enfrentadas pela população rural, bem como reconhecer as particularidades dos efeitos políticos e subjetivos gerados pela participação em um movimento social de luta pela terra. Dessa forma, a partir da compreensão da realidade de forma ampla, em consonância com os processos históricos que a subjaz – no caso estudado, a questão agrária na América Latina –, é possível operar um saber que potencialize os processos de autonomia e tomada de consciência.

Um primeiro passo importante, assim, é a apropriação das raízes históricas das desigualdades e dos

conflitos articulados no campo, que estão diretamente relacionados com a história do Brasil, em nosso caso, de forma a potencializar políticas públicas no campo e movimentos sociais de luta pela terra. Sobretudo em nosso tempo recente, algumas perguntas críticas se fazem fundamentais: quais são as implicações da atuação ou inserção da psicologia nesses contextos? Como se deu essa aproximação historicamente? Será sempre positiva?

Formação em psicologia na América Latina e projeto do Compromisso Social no Brasil

A inserção e o estudo da psicologia em contextos rurais, como mostram os resultados, ainda são recentes, com relativa heterogeneidade de temas e referenciais teóricos. Considerando toda a história da psicologia enquanto ciência e profissão no Brasil, também é recente a construção de uma psicologia com visão crítica e histórica, que leve em consideração a complexidade da realidade brasileira, especialmente seus contextos rurais, para a constituição de seus saberes e fazeres.

A formação acadêmica do(a) psicólogo(a) é orientada a temas urbanos, na medida em que os interesses de pesquisa, práticas e atuação são direcionados a essa população (Landini, 2015; Silva & Macedo, 2017a). Na realidade brasileira, por exemplo, até meados da década de 1990, 69% dos profissionais estavam concentrados em grandes capitais, sob a justificativa das condições do mercado de trabalho e da qualidade de vida. O processo de interiorização da profissão ocorreria posteriormente, movido pela inserção da categoria nas políticas sociais e pela expansão do ensino superior para cidades de pequeno e médio porte (Leite et al., 2013).

Um breve histórico da profissão no Brasil nos indica uma aproximação da psicologia com demandas populares de reivindicação por melhores condições de vida no período da ditadura militar, em conjunto com movimentos sociais, comunidades eclesiais de base, entre outros. Esse movimento, a partir da década de 1970, se deu em concomitância com o início dos debates e estruturação da Psicologia Comunitária enquanto disciplina na América Latina, que ganha sentido histórico na aproximação com os contextos rurais por meio da relação com as lutas nas Ligas Camponesas e com as práticas de Educação Popular de Paulo Freire (CFP, 2013). A Psicologia

Comunitária tem como premissas básicas a relação dialógica, a crítica à a-historicidade da Psicologia e a necessidade de construção de um horizonte ético e político (Montero, 2004). Desse modo, considerando as especificidades de desenvolvimento da psicologia nos países latino-americanos, esse movimento atinge vários países da região.

No Brasil, nesse mesmo período, com novas propostas ontológicas e metodológicas visando romper com o cunho elitista e excludente, inicia-se o projeto de Compromisso Social da Psicologia. Tal projeto surge em decorrência do trabalho de Silvia Lane e colegas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) nas décadas de 1970 e 1980, como um movimento prático-teórico pela crítica e transformação da psicologia hegemônica, historicamente compromissada com as classes dominantes, em direção a uma psicologia comprometida com a realidade brasileira e com as transformações sociais necessárias. Para isso, enfatiza uma concepção histórica de ser humano e de sociedade a partir da dimensão ativa, criativa e transformadora dos sujeitos (Bock, Ferreira, Gonçalves, & Furtado, 2007). Além disso, na década de 1980, ocorre a inserção do psicólogo nas políticas de saúde pública do país em virtude de sua vinculação e participação nas propostas da Reforma Psiquiátrica no bojo do movimento da Reforma Sanitária – pela transformação das condições de vida partindo de uma visão ampliada de saúde e, sobretudo, da necessidade da formulação de uma política de saúde universal e integral, que se consolidou posteriormente, em conjunto com outras lutas sociais, na construção do Sistema Único de Saúde (SUS) (Yamamoto & Oliveira, 2010).

Também a partir de 1980, observa-se um aumento das produções da psicologia sobre a luta pela terra e os movimentos sociais que a ela se dedicam (CFP, 2013), bem como fica evidente a importância da Psicologia Social por compreender criticamente a relação entre sujeito e sociedade (Guzzo & Lacerda Jr., 2007). Logo, não seria possível ignorar a importância que os processos relacionados à questão agrária e ao direito à terra tomam na história e na atualidade da América Latina (Saforcada, 2015), como buscamos evidenciar no tópico anterior. Apesar dos esforços pela construção do projeto de Compromisso Social da Psicologia, conforme Yamamoto (2007), ainda existe um longo percurso na definição e consolidação de um movimento de “conscientização profissional” quanto ao papel da psicologia junto às camadas mais pobres da população.

Sendo assim, a inserção no campo das políticas públicas, mesmo ampliada a partir dos anos 2000, ou a mudança de focos de pesquisas não representam, por si só, um “compromisso social” ou a consolidação de uma densidade teórica. Nesse sentido, corre-se o risco, inclusive, de reproduzir de forma perversa uma série de práticas profissionais e acadêmicas desqualificadas em pesquisar que tenham como objeto as classes subalternizadas.

Um primeiro debate importante, dessa forma, é sobre o papel da Psicologia (ou das Psicologias) e de sua produção de saberes em determinados contextos, sobretudo os permeados por desigualdades e opressões históricas (Guzzo, 2016). Isso porque, como em qualquer área, há um risco de produção de estudos que corroboram práticas estigmatizantes e excludentes, bem como dissonâncias entre o que é estudado e a realidade. Nos contextos rurais, exemplos são estudos de avaliação de desempenhos e desenvolvimento que partem de critérios urbanos e descontextualizados, a exemplo de Flores-Mendonza e Nascimento (2007). Por essa razão, é importante ressaltar novamente que o uso das práticas e vertentes teóricas tradicionais da psicologia não deve ser realizado com uma mera transferência de território, descontextualizada de suas realidades e questões fundamentais (Landini, 2015). Tais concepções, como demonstram Silva & Macedo (2017a), impactam na atuação de profissionais psicólogos os levando a desenvolver práticas assistencialistas, infantilizadoras e tutelares em relação às populações rurais. O desafio colocado à categoria, então, é o de ampliar os limites da dimensão ética e política de sua ação visando o desenvolvimento – nos campos práticos e acadêmico, de forma dialética e dialógica – de outras possibilidades teórico-técnicas, inspiradas em vertentes teórico-metodológicas que escapem das hegemônicas da Psicologia (Yamamoto, 2007).

Dito isso, é importante chamar atenção para a emergência recente das publicações na área de Psicologia Comunitária sobre os contextos rurais, que iniciam a partir de 2012, tendo em vista a importância da área como antes mencionada. Conforme apontado nos resultados, há uma tendência recente para referenciais da Psicologia Social, seguida pela Psicologia Escolar, o que nos leva a reiterar sua diversidade e possibilidades de abordagem, além de ser também um alerta para a necessidade de outros estudos que investiguem de maneira mais aprofundada os referenciais teóricos utilizados. Isso porque a própria

diversidade e dificuldade de definições antes mencionada, nos remeteu a um debate sobre a Psicologia Social, visto que ela caracteriza a maior parte das publicações e possui uma variedade de referenciais que, por vezes, a descaracteriza, o que nos faz resgatar o debate sobre a própria identidade do psicólogo social (Arantes, 2005).

Dada a complexidade dos cenários, os temas gerais abordados pelos artigos também são diversos: saúde, identidade – conceito extremamente amplo na psicologia – e relações de gênero. Há ainda pesquisas que focam na perspectiva de profissionais de psicologia que trabalham nas políticas públicas em áreas rurais e sobre as expectativas que o trabalho do psicólogo gera nessas comunidades (Macedo & Dimenstein, 2011). Esses estudos destacam a importância de pensar sobre a formação profissional do psicólogo, bem como sobre as políticas (como as de saúde e assistência social) que chegam à população rural a partir da interiorização e capilarização delas mesmas, visto que os municípios que recebem tais políticas têm características que escapam do campo de saber tradicional da psicologia: possuem majoritariamente população rural e têm economia centrada na agricultura, altos índices de pobreza, frágil economia e características políticas centradas no clientelismo e coronelismo (embora não seja uma característica única das pequenas cidades) (Macedo & Dimenstein, 2011). Assim, exigem leituras contextuais mais amplas do profissional, que abarquem os cenários econômicos, políticos e históricos da questão agrária, bem como as especificidades dos cenários rurais e seus impactos subjetivos.

Sobre a temática de saúde, por exemplo, Dimenstein, Leite, Macedo e Dantas (2016) ressaltam a escassez de estudos sobre as condições de vida e saúde mental no contexto rural, que são marcadas por morbidades associadas à realidade de pobreza e conflitos agrários, tais como contaminação por agrotóxicos, tentativas de suicídio e acidentes de trabalho (Savassi, Almeida, Floss, & Lima, 2018). Tais dados confirmam que as situações de vulnerabilidade estão relacionadas diretamente à saúde mental. A situação é agudizada para algumas áreas de assentamentos da reforma agrária, onde muitas vezes não se efetivam as políticas de sustentabilidade das famílias. Quanto à realidade de pobreza no campo, nota-se um agravamento em relação a indicadores socioeconômicos como alfabetização, mortalidade infantil, insegurança

alimentar, precarização do trabalho, condições de acesso às políticas públicas e infraestrutura (Loureiro, Costa, & Santana, 2016).

Também é possível notar nos resultados uma fragmentação dos estudos por perfis específicos, como mulheres, crianças e adolescentes. No entanto, a categoria classe aparece em segundo lugar nessa quantificação. É preciso considerar a importância das relações, entre a categoria classe e as diferentes categorias que representam questões identitárias como gênero e raça, por meio da dialética individual-particular-universal (Pasqualini & Martins, 2015). Estar atento às análises dialéticas de tais relações, de maneira a não excluir uma parte dessas importantes categorias, é condição necessária para a compreensão do papel político da formação das identidades sociais. Nesse sentido, o reconhecimento da diversidade e o respeito às minorias podem ser estratégias fundamentais no enfrentamento das condições de pobreza e miséria. De acordo com Scherer-Warren (2003), a consciência de uma identidade de si relacionada a uma identidade coletiva potencializa a emergência do sujeito como protagonista de um novo momento histórico, ainda mais quando articulado com outras forças organizativas de transformação da sociedade.

Considerações finais

O objetivo da presente revisão sistemática foi analisar as produções acadêmicas e a inserção da psicologia em contextos rurais na América Latina. A partir deste estudo, podemos concluir que é necessária uma maior contextualização e adaptação de uma psicologia eminentemente urbana que frequentemente faz uma transposição de teorias e métodos de investigação para diferentes territórios, muitas vezes desconsiderando os processos históricos e subjetivos que atravessam tais contextos. Portanto, o termo

“ruralidades”, em seu sentido amplo, ainda é algo a ser melhor desenvolvido em nosso campo de conhecimento e profissão.

A produção acadêmica da psicologia em contextos rurais na América Latina é ainda marcada pela heterogeneidade temática e teórica, de modo que se caracteriza como um campo ainda em construção e em movimento de consolidação de produções mais recentes, principalmente no campo da Psicologia Comunitária. As perspectivas futuras de avanço na área dependem, dentre outros elementos, da construção de uma psicologia mais historicizada e comprometida com um projeto ético-político de enfrentamento das desigualdades. Isso requer uma maior apropriação dos aspectos históricos da questão social e agrária no Brasil e na América Latina, do trabalho conjunto a outras áreas de saber, de metodologias participativas, do conhecimento das diversas ruralidades e de uma capacidade efetiva de articular ações profissionais que atuem concretamente em conjunto com os diversos atores sociais dos contextos rurais latino-americanos (CFP, 2013; Landini, 2015).

O presente estudo traz algumas reflexões, uma vez que apresenta, descreve e caracteriza a contribuição da Psicologia voltada para comunidades rurais, apontando críticas e desafios para que a área, enquanto ciência e profissão, responda e se aproxime de questões de relevância social para as populações rurais, que ainda são negligenciadas pelas políticas públicas e vivem em um contexto de alta desigualdade social. Apesar das limitações da presente pesquisa em abarcar todos os estudos e experiências na área, foi possível traçar um perfil geral da produção nos contextos rurais. Como sugestão para estudos futuros, nesse sentido, propomos o aprofundamento da avaliação e da caracterização teórico-metodológicas das pesquisas realizadas.

Referências

- Arantes, E. M. M. de (2005). Encarte especial: a Psicologia Social como especialidade: um debate que continua. *Psicologia & Sociedade*, 17(1), 81-82.
- Bock, A. M. B., Ferreira, M. R., Gonçalves, M. G. M., & Furtado, O. (2007). Sílvia Lane e o projeto do “Compromisso Social da Psicologia”. *Psicologia & Sociedade*, 19(spe2), 46-56. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000500018>
- Burneo, M. L. (2018). Nuevas miradas y ausencias en los estudios sobre desigualdad rural en el Perú (1997-2017). In R. F. Meyer, M. V. Zimic & C. R. Farfán (Eds.), *Perú: el problema agrario en debate. SEPIA XVII* (pp. 331-429). SEPIA.
- Carneiro, M. J. (2008). “Rural” como categoria de pensamento. *Ruris*, 2(1), 9-38.


- Ronzani, T. M., Mendes, K. T., Afonso, J. B., Quintão, E. C., Guilherme, T. G., Oliveira, C. P., & Leite, J. F. (2021). A Psicologia Chega ao Campo.
- Carter, M. (2006). O Movimento dos Trabalhadores sem Terra e a Democracia no Brasil. *Agrária*, (4), 124-164. <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i4p124-164>
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2013). *Referências Técnicas para Atuação das (os) Psicólogas (os) em Questões Relativas a Terra*. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas.
- Dantas, C. M. B., Dimenstein, M., Leite, J. F., Torquato, J., & Macedo, J. P. (2018). A Pesquisa em Contextos Rurais: Desafios Éticos e Metodológicos para a Psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 30. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30i165477>
- Dimenstein, M., Leite, J., Macedo, J. P., & Dantas, C. (2016). Apresentação. In M. Dimenstein, J. Leite, J. P. Macedo & C. Dantas (Orgs.), *Condições de Vida e Saúde Mental em Contextos Rurais* (pp. 9-16). Intermeios.
- Flores-Mendoza, C. E., & Nascimento, E. (2007). Condição cognitiva de crianças de zona rural. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 24(1), 13-22. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2007000100002>
- Gesser, M. (2013). Políticas públicas e direitos humanos: desafios à atuação do Psicólogo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(spe), 66-77.
- Guzzo, R. S. L. (2016). A (des)igualdade social e a Psicologia: Uma perspectiva para o debate sobre a pobreza. In V. M. Ximenes, B. B. Nepomuceno, E. C. Cidade, J. F. Moura Jr. (Orgs.), *Implicações Psicossociais da Pobreza: Diversidades e Resistências* (pp. 149-164). Expressão Gráfica e Editora.
- Guzzo, R. S. L., & Lacerda Jr., F. (2007). Fortalecimento em tempo de sofrimento: reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade brasileira. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 41(2), 231-240.
- Landini, F. (2015). La noción de psicología rural y sus desafíos en el contexto latinoamericano. In F. Landini (Coord.), *Hacia una psicología rural latinoamericana* (pp. 21-34). CLACSO.
- Leite, J. F., Macedo, J. P. S., Dimenstein, M., & Dantas, C. (2013). A formação em Psicologia para a atuação em contextos rurais. In J. F. Leite & M. Dimenstein (Orgs.), *Psicologia e contextos rurais* (pp. 27-55). EDUFERN.
- Liberati, A., Altman, D. G., Tetzlaff, J., Mulrow, C., Gøtzsche, P. C., Ioannidis, J. P. A., Clarke, M., Devereaux, P. J., Kleijnen, J., & Moher, D. (2009). The PRISMA Statement for Reporting Systematic Reviews and Meta-Analyses of Studies That Evaluate Health Care Interventions: Explanation and Elaboration. *The BMJ*. <https://doi.org/10.1136/bmj.b2700>
- Lopes, J. (2007). A questão social da terra como desafio para a psicologia. *Psicologia em Estudo*, 12(3), 583-592.
- Loureiro, A., Costa, C., & Santana, P. (2016). Determinantes Contextuais da Saúde Mental. In M. Dimenstein, J. Leite, J. P. Macedo & C. Dantas (Orgs.), *Condições de Vida e Saúde Mental em Contextos Rurais* (pp. 73-94). Intermeios.
- Macedo, J. P., & Dimenstein, M. (2011). Expansão e interiorização da Psicologia: reorganização dos saberes e poderes na atualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 296-313. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200008>
- Minayo, M. C., & Sanches, O. (1993). Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), 239-262. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300002>
- Montero, M. (2004). El paradigma de la Psicología Comunitaria y su fundamentación ética y relacional. In M. Montero (Org.), *Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos* (pp. 41-53). Paidós.
- Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura – FAO. (2012). *Políticas de mercado de trabajo y pobreza rural en América Latina*.
- Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura – FAO. (2018). *Panorama de la pobreza rural en América Latina y el Caribe 2018: soluciones del siglo XXI para acabar con la pobreza en el campo* [Folheto].
- Pasqualini, J. C., & Martins, L. G. (2015). Dialética Singular-Particular-Universal: Implicações do Método Materialista Dialético para a Psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 362-371. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p362>
- Rocha, H. (2008). *Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil: compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária brasileira: estudo dos assentamentos da região centro-sul* [Relatório de Pesquisa]. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil.
- Saforcada, E. (2015). Por qué y para qué una psicología rural en indoafroiberoamérica. In F. Landini (Coord.), *Hacia una psicología rural latinoamericana* (pp. 21-34). CLACSO.

- Sauer, S. (2016). Luta pela Reforma Agrária: a construção de espaços de cidadania no Brasil. In M. Dimenstein, J. Leite, J. P. Macedo & C. Dantas (Orgs.), *Condições de Vida e Saúde Mental em Contextos Rurais* (pp. 19-44). Intermeios.
- Savassi, L. C. M., Almeida, M. M., Floss, M., & Lima, M. C. (Orgs.). (2018). *Saúde no Caminho da Roça*. FIOCRUZ.
- Scherer-Warren, I. (2003). A problemática da pobreza na construção de um movimento cidadão. *Política e Sociedade*, 2(3), 71-93.
- Silva, K. D. B., & Macedo, J. P. S. (2017a). Inserção e trabalho de psicólogos/os em contextos rurais: interpelações à psicologia. *Revista de Psicologia*, 8(2), 146-154.
- Silva, K. D. B., & Macedo, J. P. S. (2017b). Psicologia e a Questão Social e Agrária no Brasil. In S. M. Teixeira & J. P. S. Macedo (Orgs.), *Políticas sociais na contemporaneidade: programas, serviços e trabalho profissional* (pp. 21-39). EDUFPI.
- Stedile, J. P. (2011). Introdução. In J. P. Stedile (Org.), *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960* (pp. 15-31). Expressão Popular.
- Suzuki, J. C. (2006). Questão agrária na América Latina: renda capitalizada como instrumento de leitura da dinâmica sócio-espaçial. In A. Lemos, M. Arroyo & M. Silveira (Orgs.), *América Latina: cidade, campo e turismo* (pp. 213-223). CLACSO.
- Torquato, C. D. J., Silva, M., Dimenstein, M., Leite, J., Macedo, J. P., Silva, E., Belarmino, V. H., & Neto, M. C. (2016). Condições de vida no meio rural: iniquidades sociais e saúde mental. In M. Dimenstein, J. Leite, J. P. Macedo & C. Dantas (Orgs.), *Condições de vida e saúde mental em contextos rurais* (pp. 195-219). Intermeios.
- Yamamoto, O. H. (2007). Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 30-37. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000100005>
- Yamamoto, O. H., & Oliveira, I. F. de (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(spe), 9-24. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500002>

Telmo Mota Ronzani

Professor Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora – MG. Brasil. Bolsista de Produtividade CNPq 1D.


E-mail: tm.ronzani@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-8927-5793>

Kíssila Teixeira Mendes

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora – MG. Brasil.


E-mail: mendes.kissilateixeira@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-7817-599X>

Júlia Batista Afonso

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora – MG. Brasil.


E-mail: juliaafonso40@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-8569-8863>

Elisa Campos Quintão

Graduanda em Psicologia na Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora – MG. Brasil.


E-mail: elisacq98@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-7105-1425>

Tháles Gonçalves Guilherme

Graduando em Psicologia na Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora – MG. Brasil.


E-mail: thales.guilhermeg@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-0983-6440>

Conrado Pável de Oliveira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora – MG. Brasil. Professor do curso de Psicologia na UniAcademia, Juiz de Fora – MG. Brasil.


E-mail: conradopavel@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2124-0877>

Jáder Ferreira Leite

Professor Associado do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN. Brasil. Bolsista de Produtividade 2 CNPq.

E-mail: jaderfleite@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-6045-531X>

Endereço para envio de correspondência:

Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora. Campus Martelos. Rua José Lourenço Kelmer, s/n, São Pedro. CEP: 36036-900. Juiz de Fora – MG. Brasil.

Recebido 26/03/2019

Aceito 20/08/2020

Received 03/26/2019

Approved 08/20/2020

Recibido 26/03/2019

Aceptado 20/08/2020

Como citar: Ronzani, T. M., Mendes, K. T., Afonso, J. B., Quintão, E. C., Guilherme, T. G., Oliveira, C. P., & Leite, J. F. (2021). A Psicologia Chega ao Campo: Revisão Sistemática de Contextos Rurais Latino-americanos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221801>

How to cite: Ronzani, T. M., Mendes, K. T., Afonso, J. B., Quintão, E. C., Guilherme, T. G., Oliveira, C. P., & Leite, J. F. (2021). Psychology in the Countryside: a Systematic Review of Latin American Rural Contexts. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221801>

Cómo citar: Ronzani, T. M., Mendes, K. T., Afonso, J. B., Quintão, E. C., Guilherme, T. G., Oliveira, C. P., & Leite, J. F. (2021). La Psicología Llega al Campo: Revisión Sistemática Sobre Contextos Rurales Latinoamericanos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221801>